

*Declaramos para os devidos fins
que a Lei Municipal n.º 2.609/2005
foi devidamente publicado no Placar Ofi-
cial no período de 28/12/2005 a
09/01/2006.*

Secretário de Administração

LEI Nº 2.609, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005.

“Dispõe sobre o Plano Plurianual para
o período de 2006/2009”.

Faço saber que a Câmara Municipal de Inhumas aprovou e eu,
Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio
2006/2009, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma
dos Anexos I e II.

Art. 2º - O Poder Executivo, no prazo de quarenta e cinco dias,
ajustará as metas aos valores aprovados pela Câmara Municipal para cada ação.

Art. 3º - As codificações de programas e ações deste Plano serão
observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos
que os modifiquem.

Art. 4º - As prioridades e metas para os anos de 2006/2009, conforme
estabelecidos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estarão contidas na programação
orçamentária das Leis Orçamentárias Anuais (LOA).

Art. 5º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei
ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de
lei específico, observado o disposto no art. 7º desta Lei.

Parágrafo único - O projeto conterà, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja
enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa,

a) exposição das razões que motivaram a proposta.

Art. 6º- O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal, até o dia 15 de abril de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual.

§ 1º - O relatório conterà, no mínimo:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e observados;

II - demonstrativo, por programa e por ação, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada, distinguindo-se as fontes de recursos oriundas:

a) do orçamento fiscal e da seguridade social;

b) do orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e

c) das demais fontes;

III - demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior comparado com o índice final previsto;

IV - avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e da previsão de custos para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

§ 2º - Para fins do acompanhamento e da fiscalização orçamentária a que se refere o art. 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, será assegurado ao órgão responsável o acesso irrestrito, para fins de consulta, ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SicmWin-PPA - ou ao que vier a substituí-lo.

Art. 7º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, quando envolverem recursos dos orçamentos da União, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor do respectivo programa.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - efetuar a alteração de indicadores de programas;

II - incluir, excluir ou alterar outras ações e respectivas metas exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam recursos dos orçamentos do Município.



ESTADO DE GOIÁS


PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMAS

PALÁCIO GOIABEIRAS

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2.006.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 28 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2.005.


Adm. **REINALDO BALESTRA**
Secretário de Administração
CRA GO/TO 1538


ABELARDO VAZ FILHO
Prefeito Municipal